

O impacto de Marilyn Strathern sobre a antropologia pode ser resumido na ideia de que, a partir de sua obra, a tarefa de descrever o mundo ficou mais complicada, porque as *consequências* das práticas descritivas se tornaram ao mesmo tempo mais claras e mais sérias. Strathern criou uma linguagem nova para a disciplina, uma prosa analítica densa, sutil mas aguçada, ritmada por velocidades e lentidões inesperadas, cujo impressionante poder de invenção impõe ao leitor o rigoroso dever da atenção para ser assimilado.

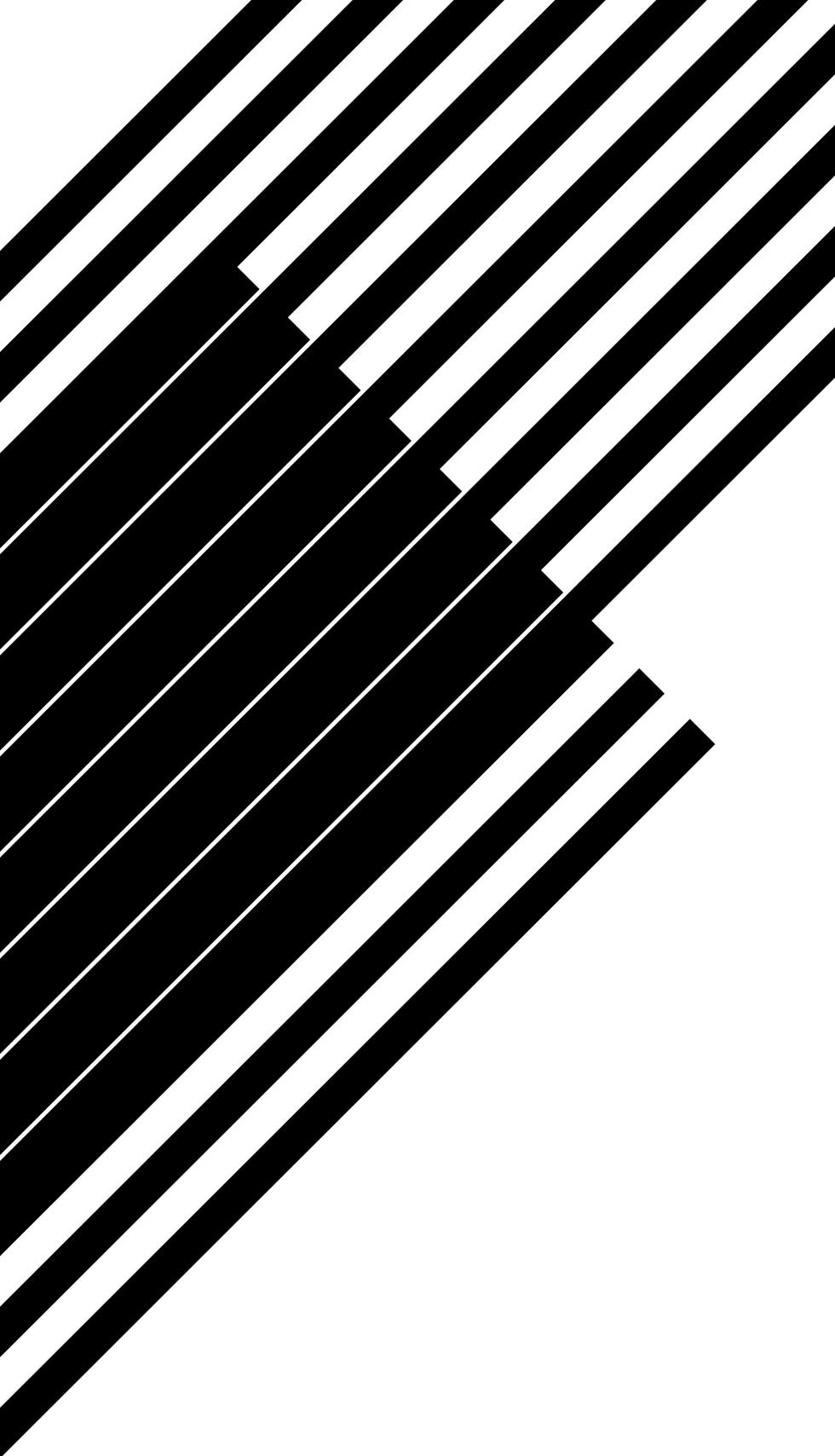
A presente coletânea – e a preciosa introdução inédita – dão ao público brasileiro uma amostra de excepcional representatividade dessa obra exigente, instrumento e sítio de um projeto complexo, o da interferência entre dois fluxos etnográficos heterogêneos, o melanésio e o euro-americano, alternadamente aplicados sobre dois discursos em situação de tensão recíproca, aquele da antropologia social clássica e aquele das críticas feministas e pós-modernistas à epistemologia política da representação.

O projeto se organiza em torno de certos atratores maiores, como os temas do *parentesco* e do *gênero*, de um lado, e os do *conhecimento* e da *propriedade*, de outro. A interação recursiva e recíproca dos dois fluxos e dos dois (duplos) temas produz uma tessitura conceitual intrincada, em que descrição etnográfica, análise antropológica e reflexão epistemológica estão em estrita continuidade, mas ora ressonante, ora dissonante.

O conceito que serve de quadro para tais gestos de conexão e separação, de comparação e de transfusão, o centro dessa alternância polirrítmica entre fluxo etnográfico e corte analítico é o conceito de *relação*. A obra de Strathern é a reflexão mais profunda e mais revolucionária que a antropologia produziu sobre a ideia-mestra de relação desde o estruturalismo, acrescentando a ela dimensões e implicações de uma riqueza inestimável.

EDUARDO VIVEIROS DE CASTRO

COLEÇÃO ARGONAUTAS



MARILYN STRATHERN
O EFEITO ETNOGRÁFICO
E OUTROS ENSAIOS

tradução Iracema Dulley,
Jamille Pinheiro e Luísa Valentini

ubu

7 Nota da edição

11 Introdução

CAPÍTULO 1

23 **Sem natureza, sem cultura: o caso Hagen**

CAPÍTULO 2

81 **A cultura numa bolsa de malha: a fabricação de uma subdisciplina na antropologia**

CAPÍTULO 3

117 **Sujeito ou objeto? As mulheres e a circulação de bens de valor nas terras altas da Nova Guiné**

CAPÍTULO 4

143 **Os limites da autoantropologia**

CAPÍTULO 5

171 **Artefatos da história: os eventos e a interpretação de imagens**

CAPÍTULO 6

191 **O conceito de sociedade está teoricamente obsoleto?**

CAPÍTULO 7

201 **Partes e todos: refigurando relações**

CAPÍTULO 8

225 **A Relação: acerca da complexidade e da escala**

CAPÍTULO 9

259 **Cortando a rede**

CAPÍTULO 10

287 **As novas modernidades**

CAPÍTULO 11

311 **O efeito etnográfico**

CAPÍTULO 12

377 **O que busca a propriedade intelectual?**

CAPÍTULO 13

411 **Ambientes internos: um comentário etnográfico sobre a questão da escala**

CAPÍTULO 14

441 **Dando apenas uma força à natureza? A cessão temporária de útero: um debate sobre tecnologia e sociedade**

CAPÍTULO 15

463 **A pessoa como um todo e seus artefatos**

489 Bibliografia geral

525 Sobre a autora

537 Índice onomástico

NOTA DA EDIÇÃO

Esta é uma coletânea inédita de quinze dos artigos mais influentes da antropóloga britânica Marilyn Strathern, publicados originalmente em revistas acadêmicas ou como capítulos de livros. Em outubro de 2009, após a conferência de abertura dada por Strathern no 33º Encontro Anual da Anpocs, em Caxambu (MG), nos encontramos e lhe propus esta publicação. Vários dos textos da lista que apresentei na ocasião já constavam da bibliografia de cursos de pós-graduação em antropologia social daqui, uma vez que, como mostra a introdução que ela escreveu especialmente para este volume, havia um círculo de leitores brasileiros familiarizados com sua obra em inglês, ampliado com a publicação de *O gênero da dádiva* em 2006, pela editora da Unicamp. Outros artigos, desconhecidos no Brasil, foram sugeridos pela própria autora.

Strathern escreveu um número impressionante de livros e artigos sobre temas bastante diversos – as categorias etnográficas de doméstico e selvagem, gênero, parentesco, economias da dádiva *versus* economia da mercadoria, noção de pessoa, evento histórico, cultura material, técnicas de fertilização, direitos de propriedade intelectual, sem falar na constante reflexão sobre a própria antropologia – tendo todos eles em comum a vocação de desestabilizar conceitos naturalizados, sejam eles conceitos ontológicos “ocidentais” (como “natureza” e “cultura”), ou conceitos da disciplina antropológica (como “indivíduo” e “sociedade”, “sujeito” e “objeto”). A reflexividade – um dos legados da crítica pós-moderna que a autora reconhece – é parte constitutiva de sua obra,

na medida em que ela toma, a si mesma e à sociedade da qual faz parte (inglesa, britânica, ocidental), como objeto de estudo lado a lado com os habitantes do monte Hagen na Papua-Nova Guiné, seu principal campo de pesquisa.

É no modo como ela pratica a comparação – que em nada se parece ao método comparativo exercido tradicionalmente pela antropologia –, aproximando ou, em seus termos, fazendo “conexões parciais”, entre objetos de estudo, metodologias e modos de pensar aparentemente incomensuráveis que reside a originalidade de sua obra e sua contribuição crítica. Numa linguagem radicalmente nova, autoconsciente e por isso mesmo de absorção lenta, Marilyn adota a descrição – em detrimento da explicação e da representação – como forma de compreender um outro pensamento e uma outra vida possível. A escrita como recriação imaginativa da experiência no campo guarda em si uma relação “complexa” entre dois campos (o etnográfico e o teórico, mas também o melnêsio e o euro-americano) que se tocam mas não se sobrepõem um ao outro. O “efeito etnográfico” se dá no momento da escrita, em que observação e análise estão em relação e num mesmo plano.

Além dos textos já clássicos e de considerável circulação (em inglês) na academia brasileira, esta edição contém outros que ficaram inacessíveis até mesmo para o público britânico, em especial aqueles publicados em livros há muito tempo esgotados, como é o caso dos capítulos 3 e 5. Nesta edição, foi preciso, em alguns momentos, adaptar o texto, excluindo referências a capítulos do livro original – como no capítulo 11, que junta o primeiro capítulo e a conclusão de uma coletânea de 1999 –, ou, como nos capítulos 9 e 10, pensados em conjunto, suprimindo no segundo passagens que retomavam um caso já descrito no primeiro.

Organizado em ordem cronológica, o livro oferece um arco do pensamento de Marilyn Strathern, dos anos 1980 a 2004. A pesquisa bibliográfica atualizou as referências a manuscritos no original para as edições efetivamente publicadas. Finalmente, todas as referências foram reunidas na bibliografia geral ao final do volume. Com o aval da autora, eliminamos os agradecimentos, não raro extensos, que constavam nos originais de cada artigo, por estarem mais ligados às circunstâncias da primeira publicação.

O trabalho de tradução foi desafiador. Junto com as três tradutoras, duas delas também antropólogas, criamos um grupo de es-

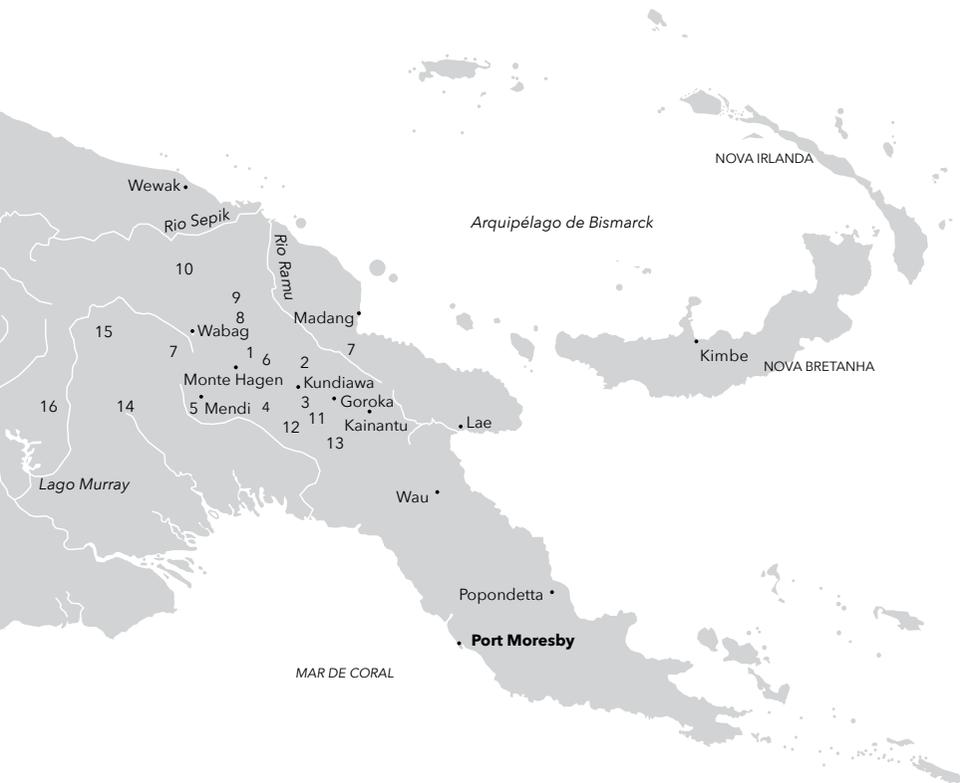
tudos, discutimos a nomenclatura adotada pela autora, nos reunimos para comentar versões preliminares das traduções e, por fim, revisamos as versões finais do conjunto. Graças a isso foi possível encontrar soluções para a riqueza expressiva da autora e dar acesso à polissemia de termos como “*appropriate*” e “*relation*” ou, ao contrário, manter a diferenciação original de conceitos, como “*ownership*” [posse] e “*property*” [propriedade]. Restou, entretanto, a perene dificuldade de traduzir para o português o par seminal *nature/nurture*, que denota, nos campos da antropologia, da biologia e da psicologia, uma série de debates sobre a interação entre natureza e cultura, inato e adquirido, genética e ambiente. Se “*nature*” nos permite uma tradução mais imediata para *natureza*, seu complementar “*nurture*” em inglês significa tanto nutrição (cujo correspondente direto é “*nutrition*”), como os cuidados envolvidos na criação de uma criança. A acepção de “nutrição” em português associa-se, entretanto, apenas ao processo biológico de absorção de nutrientes, sem o sentido social de criação. Optamos, portanto, por divergir da tradução adotada em *O gênero da dádiva* e traduzir “*nurture*” por educação, criação ou nutrição conforme o contexto, mantendo entre colchetes o conceito original [*nurture*].

Agradecemos à professora Marilyn Strathern pela paciência e dedicação para prover textos, bibliografia e imagens, esclarecer dúvidas e acompanhar as diferentes etapas desta edição, além da generosa introdução ao volume, que revela sua afetuosa relação com a antropologia no Brasil. Agradeço ainda a Justin Shaffner pela ajuda com as imagens e o mapa.

F. F.

INTRODUÇÃO

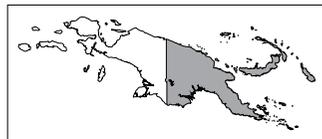
POVOS DA PAPUA-NOVA GUINÉ



PRINCIPAIS POPULAÇÕES CITADAS

1 Melpa	9 Karam
2 Chimbu	10 Iatmul
3 Siane	11 Gimi
4 Wiru	12 Daribi
5 Mendi	13 Baruya
6 Kuma	14 Kaluli
7 Enga	15 Duna
8 Mareng	16 Yongkom

0 300 KM



É um prazer ter sido convidada a escrever esta introdução. Não é difícil imaginar a apresentação de uma coletânea de ensaios de outra pessoa – ou uma espécie de prefácio cujo propósito é introduzir o trabalho de um colega, seja ele bastante recente ou de um passado remoto. Já apresentar um conjunto de ensaios de minha autoria – cujo contexto sem dúvida é o passado, mas que, em alguns aspectos, ainda é bastante recente – é um tanto desafiador. O que torna esta escrita um prazer muito real, no entanto, é saber que ela se destina a um leitor brasileiro.

Tomo como certa a sofisticação desse leitor. Meu limitado conhecimento do que caracteriza a academia brasileira reitera um comentário informal, feito por um renomado antropólogo – ele próprio brasileiro –, acerca de até que ponto ao menos parte de seu vigor, típico do Novo Mundo, vem da fusão de fontes do Velho Mundo – sejam elas do continente europeu, norte-americanas (hoje certamente podemos chamar a América do Norte de Velho Mundo) ou da antropologia britânica. Espero que este volume traga uma pequena contribuição a essa mistura, apesar de os textos aqui reunidos serem provenientes de um período específico e das mãos de uma antropóloga social anglófona que vem de uma escola muito específica (nos dias em que ainda havia escolas desse tipo). A antropologia social britânica da década de 1960, época em que eu era estudante de graduação na Universidade de Cambridge,¹ veio a conso-

1. Isso se deu de 1960 a 1963. Concluí meu doutorado na Universidade de Cambridge em 1967.

lidar o êxito de um paradigma de organização social e estrutura que predominou no Reino Unido antes e depois da Segunda Guerra Mundial. Não tenho de justificar a influência desse paradigma sobre mim. Meu único mérito, porém, foi o fato de ter me dedicado à pesquisa etnográfica na Melanésia. Caí sob o fascínio de alguns impressionantes papuásios² e melanesistas notáveis. Essa região do mundo e esses encontros constituíram o trampolim para me aproximar de tudo o que sei a respeito da Amazônia e, posteriormente, de alguns igualmente notáveis amazonistas brasileiros. Nesta coletânea, a primeira referência direta a esse assunto aparece no capítulo 11 (“O efeito etnográfico”), resultado imediato da visita de Eduardo Viveiros de Castro entre 1997 e 1998 a Cambridge, onde, para um público encantado, ele falou sobre o perspectivismo.

Primeiras imersões

Ao tratar do trabalho de campo, a parte inicial do capítulo 11 se refere à questão da imersão. Nela apresento um ponto de vista teórico sobre aprendermos (por assim dizer) além do que já sabemos e, portanto, sobre a imprevisibilidade das informações a serem adquiridas de um material que acreditamos (equivocadamente) ter compreendido. Quero neste momento chamar a atenção apenas para a práxis. Parece-me que a formação com vistas à imersão – preparar alguém para estar em um lugar, que também poderia ser um texto, assim como um campo de estudos ou um local onde conduzir trabalho de campo – é uma formação que permite de fato saltar de um contexto para outro, aplicando as mesmas noções em lugares diferentes. Uma vez imersos, estaríamos aptos a imergir novamente.³ Até certo ponto, isso também pode acontecer com posições teóricas. A introdução que ora se apresenta é uma tentativa de transmitir alguns dos contextos mutáveis dos capítulos que se seguem. É claro, porém, que os contextos – os interesses conceituais, aquilo a que se atribui valor, a vida universitária, as

2. Seus nomes são pouco citados nos capítulos deste livro, mas tenho inúmeras e cada vez mais razões para ser grata a eles.

3. Não pretendo sugerir que só vale a pena ter esse truque na manga: a etnografia multissituada, por exemplo, se vê apta a convocar habilidades muito diferentes para transitar por mundos interligados.

condições de pesquisa, os movimentos políticos, a opinião pública, e assim por diante – também dão seus próprios saltos. Assim, no período entre a graduação e o ano de 1980 (data do primeiro capítulo deste volume), mesmo tendo permanecido ancorada na antropologia social britânica, eu já estava completamente imersa nos frutos de um movimento inovador que então ocorria na disciplina.

O que se iniciou na década de 60 na forma do Women’s Liberation Movement [Movimento de Libertação das Mulheres] no Reino Unido (e nos Estados Unidos) teve sua contrapartida acadêmica em uma série de pesquisas feministas que ganharam força nos anos 70, alcançando rápida repercussão em outros países. Na antropologia, os estudos feministas se aliaram simultaneamente, de diferentes formas, à crescente redescoberta do pensamento marxista. Em todo caso, o movimento conquistou boa parte da comunidade antropológica da Grã-Bretanha (cheguei a escrever um livro nunca publicado, que tinha tudo para ser popular, sobre “homens e mulheres”). Para os interessados em relações de poder, na autoria das narrativas, em quais “sociedades” ou “culturas” estavam sendo investigadas, perspectivas inimagináveis se revelaram. Os estudos subalternos ainda não tinham decolado: no caso específico da antropologia, muitos escritos eram publicados apenas por serem associados ao que então se chamava de “preconceito de gênero”. Os três primeiros capítulos deste livro provêm desse momento. Conceitos como natureza e cultura (capítulo 1), pressupostos universalizantes sobre as mulheres (capítulo 2) e sujeito *versus* objeto (capítulo 3) desmoronaram.

O convite de Mariza Corrêa para falar ao Pagu, Núcleo de Estudos de Gênero,⁴ que motivou minha primeira visita ao Brasil, em 1998, veio de interesses semelhantes. Foi Mariza que, posteriormente, tornou possível a tradução de *O gênero da dádiva* para o português, pela qual estou em dívida com ela. Foi uma gentileza dupla, já que aquele primeiro encontro que tivemos registrou também uma das sessões de perguntas e respostas mais difíceis e

4. No Departamento de Antropologia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Na mesma visita memorável, visitei o Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, além de ter encontrado bons colegas cujo nome não menciono aqui.

mais bem informadas que já vivenciei.⁵ No que diz respeito à teoria, fiquei com a impressão de que praticamente não restou pedra sobre pedra. A dedicação com que Mariza acompanhou a realização da tarefa (não existe outra palavra para designá-la) da tradução do livro foi de um companheirismo extraordinário.⁶

Assim como os conceitos, algumas das velhas certezas também ruíram. E não apenas as que sustentavam paradigmas específicos na antropologia, mas – e altero aqui a escala de importância – até mesmo para mim em um nível pessoal. Minha mãe já era feminista antes de a segunda onda do feminismo decolar, tendo ministrado aulas em organizações não universitárias como a Workers' Educational Association (WEA) no sul e nos subúrbios de Londres, tratando de tópicos como as mulheres e a arte, as mulheres na literatura, e assim por diante. Seria natural que as questões das mulheres constituíssem para mim uma área interessante de estudo: não à toa, minha primeira monografia sobre os Hagen, da Papua-Nova Guiné, foi intitulada *Women in Between*. Ela foi escrita bem antes de “gênero” passar a ser um conceito predominante.⁷ Talvez tivesse resvalado facilmente para a nova cena feminista – como acreditei por certo tempo que poderia acontecer – se não fosse por outra melanesista, Annette Weiner, cuja monografia sobre os Trobriand faz críticas severas à minha, alegar que meu trabalho tinha assumido uma voz masculina. A princípio, fiquei arrasada; com o passar do tempo, aprendi com a situação. Por um tempo, o fato de ter ficado abalada me deixou emudecida perante tudo o que dizia respeito à Melanésia, e passei a voltar minha atenção aos britânicos. (No capítulo 4, faço menção ao povoado inglês de Elmdon; no capítulo 7, refiro-me ao parentesco inglês em termos mais gerais.) O que aprendi me levou a prestar mais atenção a discussões específicas sobre o problema da adoção de uma linguagem tendenciosa na nova antropologia feminista; apesar de as

5. Particularmente em um seminário que discutiu a contribuição do livro dez anos depois de sua publicação original. Ele foi, verdade seja dita, seguido por um momento de troca bastante diferente, mas igualmente profundo (desta vez, uma entrevista), quando cheguei ao Rio de Janeiro. [Ver revista *Mana*, v. 5, n. 3, n. E.]

6. Aproveito a oportunidade para agradecer publicamente ao tradutor de *O gênero da dádiva*, André Villalobos.

7. Um termo usado pela primeira vez, que eu tenha conhecimento, por Ann Oakley em 1972.

bases do meu trabalho terem em parte se desenvolvido sobre interesses que precedem essa fase (ver o capítulo 1), fica evidente que o capítulo 2 foi uma tentativa de me recompor. Nessa época, os estudos de gênero estavam voltados para questões da noção de pessoa, conforme deixa claro o capítulo 3.

Mesmo que a Melanésia e os estudos feministas tenham me marcado tanto, senti que seria importante tomar um rumo que me proporcionasse um novo contexto e um novo convite à imersão. Isso veio do advento da reprodução assistida – as “novas tecnologias reprodutivas”, como eram chamadas, aqui representadas no capítulo 14. Entre outras coisas, o assunto fez com que o feminismo ganhasse um alcance internacional evidente: lembro-me de ter me deparado, por exemplo, com uma descrição da fertilização *in vitro* no Brasil.⁸ As consequências disso para a vida das mulheres foram muito debatidas, e parte da prática conceitual adquirida nas discussões sobre o pensamento em torno do gênero e das ideias de pessoa pode ter sido pertinente. “Dando apenas uma força à natureza? A cessão temporária de útero: um debate sobre tecnologia e sociedade”, originalmente apresentado a estagiários da área de ciências naturais no European Molecular Biology Laboratory (EMBL), em Heidelberg, demonstra uma das primeiras e mais duradouras lições a serem aprendidas com os estudos feministas: a de que os conceitos baseados no gênero (neste caso, a maternidade) não podem ser dados como certos. O capítulo se destina principalmente a mostrar a um público não antropológico o que uma compreensão ou interpretação de uma perspectiva antropológica poderia render. Se é que havia iniciativas similares ao programa de formação em ciência e sociedade oferecido em Heidelberg na época, o sentido de “social” sempre se mostrava fugidio. Eis um exemplo de onde se podia “ver” ou de como se “via” isso.

Escrevendo as sociedades

Com uma espécie de eco de *Women in Between*, sobre as relações de gênero, mas escrito antes de o próprio termo (“gênero”) se estabelecer, o capítulo 4 aponta para um contexto de mudança da es-

8. Ana Regina Gomes dos Reis (1987), para o Fórum Internacional dos Estudos de Mulheres.

crítica antropológica que ainda não tinha uma designação própria que o descrevesse. Ele saiu um ano depois da publicação da conferência Frazer, época em que era possível se referir a esse contexto pelo termo “pós-modernismo” com muito mais segurança (embora eu tenha, quando proferi a conferência, usado o termo – empregado fora da antropologia e por alguns antropólogos – de forma hesitante e um tanto experimental). De todo modo, a autoconsciência sobre a autoria e a percepção da escrita etnográfica como um gênero, além da demanda de reflexividade que a acompanha, ampliava então uma discussão sobre a representação, o que para mim, pelo menos, encontrava algumas ressonâncias no interesse feminista pelo problema da “linguagem tendenciosa”, mesmo que fossem conduzidas de outra maneira. Essa discussão certamente levou a outro patamar uma preocupação permanente com a linguagem da descrição.

No entanto, a noção de representação também havia sido criticada por outras correntes antropológicas das décadas de 1970 e 1980, e eu tinha sido irremediavelmente influenciada pela crítica semiótica de Roy Wagner, aplicada por ele tanto a seu material melanésio como à condição humana de acordo com seu ponto de vista. Estávamos na era da antropologia interpretativa e simbólica, no Reino Unido e nos Estados Unidos. A influência de Wagner fica clara nos capítulos 1 e 2, assim como no capítulo 5, que trata de uma série de ideias de Wagner sobre a questão das imagens. “Artefatos da história” também representa um interesse antigo, embora expresso de forma intermitente, pela arte e pelos artefatos, do qual há ecos nos capítulos 13 e 15. Nestes analiso os efeitos performativos do que as pessoas “fazem” ou trazem à existência e (um pouco menos diretamente) o que há no modernismo – assim como na imaginação sobre o impacto dos primeiros europeus na Papua-Nova Guiné – que os antropólogos acreditam que caracteriza sua própria mentalidade. Os capítulos 9 e 10, escritos para serem lidos em conjunto, dão prosseguimento a esse tema, pois abordam de modo oblíquo o tipo específico de criatividade que os euro-americanos tendem a atribuir a si mesmos. De certa forma, todos esses capítulos podem ser considerados uma elaboração de *A invenção da cultura*, de Wagner.

Esse interesse se formalizou, podemos dizer, com a investigação da teorização de outro tipo de autoria: os direitos de propriedade

intelectual (DPI).⁹ O tema havia entrado na antropologia no final dos anos 80, início dos 90, a partir de descrições da forma como os protocolos internacionais dos DPI estavam sendo aplicados e assumidos pelos países em desenvolvimento, como eram então chamados. O capítulo 9, “Cortando a rede”, se baseia em exemplos do processo de registro de patentes no contexto de um comentário sobre questões relacionadas à teoria do ator-rede, desenvolvido no capítulo 12.¹⁰ Por meio do encontro com John Law e da leitura de seu trabalho – assim como do de sua colega Annemarie Mol –, também tomei conhecimento dos textos de Michel Callon e Bruno Latour. Fiquei entusiasmada com a crítica proposta por eles acerca das “coisas e pessoas” nativas do pensamento euro-americano, cujas relações possíveis com alguns dos problemas relacionados à questão da agência, explorados em *O gênero da dádiva*, são fascinantes. Em retrospecto, pergunto-me se de certa forma deveria ter empreendido uma busca semelhante para falar da propriedade “imaterial” (DPI) em um campo (teoria do ator-rede) que costumava ser equivocadamente associado ao trato das materialidades.

Esses temas – gêneros de autoria, semiótica da performance, agência humana e não humana – também estavam sujeitos à conceitualização da sociedade. “Os antropólogos sociais”, como muitos antropólogos britânicos ainda se denominam, tendem a voltar de vez em quando à discussão do conceito de “sociedade”, embora o vocabulário com o qual trabalham possa se apoiar mais em noções como a socialidade ou o relacional. Os capítulos 6 e 7 esclarecem esse ponto. Deve-se dizer aqui que o debate de 1990 foi literalmente isto: tomei um lado em um debate, o que é bastante diferente de expressar uma opinião em meus próprios termos. A crítica que apresento no capítulo 7, “Partes e todos”, é provavelmente

9. Projeto colaborativo desenvolvido por Eric Hirsch e por mim. O envolvimento com os DPI manifestou um interesse tardio pela antropologia jurídica, uma área que me fascina desde que estudei a “resolução de controvérsias” (uma expressão há muito superada) em Hagen, na Papua-Nova Guiné.

10. Uma versão mais longa desse capítulo foi publicada em *Property, Substance and Effect*, de 1999. Ela inclui um posfácio que chama a atenção para a forma como o fluxo do argumento desse capítulo, antevendo um evento em particular, foi “cortado” pelo resultado do que posteriormente se desenrolou. Em vez de “corrigir” o texto retrospectivamente, deixei-o como estava, tendo como propósito mostrar as limitações do argumento.

mais fiel à minha posição, que continua a se modificar. Uma das minhas expectativas em relação a esse capítulo era de pelo menos deixar de lado (mesmo que algum tempo depois do evento!) os tipos de certezas antropológicas que outrora haviam se baseado em classificações mais amplas, como a predileção pelas linhagens e não pelos sistemas cognáticos de parentesco. Os sistemas “cognáticos” da Melanésia pareciam mais com seus homólogos dos sistemas de linhagem do que com os sistemas cognáticos (conforme meu exemplo) dos ingleses. Compreender as noções inglesas de sociedade foi algo fundamental para esse exercício.

Escala e proporção

No entanto, o capítulo 7 aponta para outro caminho em cuja direção meus interesses estavam se voltando na época, embora eu hoje veja que eles também devem ter sido motivados pela reorientação da autoria, ou seja – se é que posso descrevê-la nesses termos –, a significância da significância. A questão é como as descrições antropológicas e etnográficas são ponderadas. Um autor acha que tem controle sobre como pondera essas descrições, mas isso não passa da manipulação da linguagem por meio da qual se produz a escrita, e dos contextos em que alguns tipos de materiais são privilegiados em detrimento de outros. Deixo isso claro aqui por ser um ponto que, acredito eu, não fica evidente nos textos. Na realidade, os leitores brasileiros podem ficar intrigados ao saber que no Reino Unido (não tanto na Europa continental) não é adequado supor que toda etnografia merece igual interesse e tem um mesmo “porte” analítico ou teórico, por assim dizer. No Reino Unido, há uma constante oscilação entre o apreço e o desgosto pelo utilitarismo, em todas as suas manifestações, e cada geração de acadêmicos tem de justificar sua existência¹¹ em termos da “re-

11. E, nas universidades do Reino Unido, a utilização de dinheiro público. Os capítulos deste livro foram escritos ao longo de um período que abarcou desde um apoio inquestionável e vigoroso às instituições acadêmicas até um questionamento intenso de seu propósito, passando por exigências de “justificativas” dos gastos (o senão era que apenas determinados fins valiam como justificativa). Durante a época em que fui chefe de departamento, primeiro em Manchester (1985-93) e depois em Cambridge (1993-98), e até me aposentar, em 2008, as iniciativas nacionais de realização de auditorias da performance acadêmica

levância” de sua pesquisa para o que de diferentes maneiras – popular, política – é conhecido como um mundo real, contemporâneo ou prático. Naquele momento, porém, as sociedades antes chamadas de sociedades de pequena escala também não pareciam mais adequadas como objeto de estudo dos antropólogos (refiro-me, em um sentido político, ao que se optou por chamar de “pequena escala”). Os antropólogos sabiam havia anos que, conceitualmente falando, eram os únicos responsáveis pelo fato de que a natureza aparentemente autossuficiente dessas “sociedades” tivesse se tornado uma ficção ou heurística, adquirindo contornos de representação ilusória fora da disciplina. No entanto, uma ênfase renovada na ideia de que todas as coisas faziam parte umas das outras, assim como nas interconexões e nos fluxos globais (a globalização teve destaque máximo na ordem do dia da reunião decenal da Association of Social Anthropologists em 1993), também surtiu efeito sobre os assuntos então considerados dignos de estudo.

O deslocamento constante de pressupostos faz parte da ciência normal. Até aí, nenhuma surpresa. No entanto, tomei consciência (será que tendo em vista o fim do século passado?) de como poderíamos ver – isto é, de como poderíamos conseguir ver ou continuar a ver – o “porte” dos materiais etnográficos. Parecia-me que o que era válido para a Melanésia também era válido para um século de pesquisas etnográficas: como tratá-la em seus próprios termos, além de, posterior e mais urgentemente (embora talvez de modo demasiado condescendente), como sustentar sua contribuição contínua para uma antropologia que muda rápido e constantemente. Isso fica bastante evidente no capítulo 8,¹² e reaparece nos capítulos 11 e 13. Entre outras coisas, introduzir deliberadamente a linguagem da chamada teoria da complexidade implicou abordar mais uma vez a problemática da dissociação entre a significância do complexo, socialmente falando, e a significância das longas redes de ampla escala do reconhecimento da influência dos euro-americanos por si mesmos em toda parte. Daí as comparações entre contextos mela-

afetaram a minha pesquisa e a de outras pessoas de diversas formas. (O último capítulo faz uma breve referência aos processos de auditoria.)

12. Como o capítulo consiste em uma conferência realizada na Universidade de Cambridge, ele apresenta muitas referências ao trabalho desenvolvido no Departamento de Antropologia Social ou por ex-alunos que passaram por lá.

nésios/euro-americanos que aparecem com frequência nos capítulos 7 a 10. Ao mesmo tempo, também considero esclarecedor como a teoria da complexidade aborda a questão da imprevisibilidade, ponto que exploro na abertura do capítulo 13.¹³

Talvez uma das razões de o discurso do perspectivismo, tal como foi tratado na antropologia brasileira, ter me impactado tanto tenha sido o caráter intrépido que o acompanhou. Sem a necessidade (muitas vezes espúria) de fazer esforço para resistir a sua “relevância” ou deslocá-la, trata-se de um trabalho que se mostrou evidentemente relevante para os fundamentos epistemológicos da antropologia acadêmica – e da pesquisa acadêmica, de modo mais amplo – e suas categorias de pensamento. Admiro imensamente essa coragem. Eu mesma, preocupada com a linguagem da descrição, sempre tive uma propensão a me guiar por parâmetros vernaculares ou nativos, isto é, a compreender essas categorias de um ponto de vista anglófono nativo. Dessa maneira, tentei, pelo menos em parte, manter essas categorias inglesas de pensamento e existência “etnograficamente” verdadeiras.¹⁴ Torcer a linguagem de vez em quando, buscando um afastamento dos conceitos que recebemos, também preserva, ao mesmo tempo, os conceitos em sua forma original (linguisticamente não torcida). Os leitores brasileiros viriam a conhecer isso sob o nome de “equivocação controlada”.¹⁵

Muitas das questões e preocupações abordadas aqui são introduzidas no capítulo 15, fruto de um convite para apresentar reflexões pessoais sobre a disciplina e, pelo que entendi, algo a respeito de “mim mesma”. A fim de situar essa entidade, tentei deslocar-me, aproximar-me de mim mesma de maneira indireta. Assim, a maior parte do capítulo se origina em algo que eu já tinha feito (um “eu’ autêntico”, na medida em que era alguém cujo ato da es-

13. O capítulo 13 foi pensado em conjunto com o capítulo 12. Em alguns momentos, um se sobrepõe ao outro.

14. Sejam elas atribuídas aos ingleses, britânicos ou euro-americanos. Para a seleção de textos apresentados neste livro, uma especificidade maior não se mostrou relevante; podemos pensar que existe uma cosmologia “euro-americana” que pode ser imaginada como um campo linguístico-cultural e que informa grande parte das principais correntes da antropologia, incluindo a minha.

15. Não me parece necessário dizer que o conceito vem de “Perspectival anthropology and the method of controlled equivocation”, de Viveiros de Castro (2004).

crita estava sendo flagrado com outros objetivos, não alguém que escrevia tendo a si próprio em mente de maneira direta). Esse algo era uma palestra no British Museum (que coincidiu com a abertura de uma nova galeria cujos temas, curiosamente, ressoavam nos apresentados na *Annual Review* daquele ano, uma conjuntura feliz que nos faz lembrar o importante papel sempre desempenhado pelo acaso), que havia sido baseada em diversos materiais relacionados a meus grandes interesses (mas provenientes do trabalho de outras pessoas: o “eu” fez parte da composição da palestra). A imagem de uma pessoa no texto teve origem no trabalho de um ex-aluno. Essa breve referência deve dar conta de muitos agradecimentos: não mencionei a influência de vários estudantes maravilhosos nesta introdução. No entanto, quando retornei ao Brasil para uma segunda visita, em 2009, eles já vinham havia muito exercendo um papel em minha antropologia.

Tradução Jamille Pinheiro

COLEÇÃO ARGONAUTAS

Marcel Mauss

Sociologia e antropologia

Henri Hubert & Marcel Mauss

Sobre o sacrifício

Claude Lévi-Strauss

Antropologia estrutural

Claude Lévi-Strauss

Antropologia estrutural dois

Pierre Clastres

A sociedade contra o Estado

Roy Wagner

A invenção da cultura

Marilyn Strathern

O efeito etnográfico

Gayle Rubin

Políticas do sexo

Manuela Carneiro da Cunha

Cultura com aspas

Eduardo Viveiros de Castro

A inconstância da alma selvagem

© Ubu Editora, 2017

© Marilyn Strathern, 2014

Este livro foi originalmente publicado pela editora Cosac Naify em 2014.

COORDENAÇÃO EDITORIAL Florencia Ferrari

ASSISTENTE EDITORIAL Isabela Sanches

PREPARAÇÃO Maria Fernanda Alvares

REVISÃO Ana Cecília Agua de Melo, Gustavo Godoy e Carlos Alberto Inada

DESIGN Elaine Ramos

ASSISTENTE DE DESIGN Livia Takemura

COMPOSIÇÃO Jussara Fino

PRODUÇÃO GRÁFICA Aline Valli

Nesta edição, respeitou-se o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Strathern, Ann Marilyn (1941-)

O efeito etnográfico e outros ensaios: Marilyn
Strathern

Tradução: Iracema Dulley, Jamille Pinheiro
e Luísa Valentini

São Paulo: Ubu Editora, 2017

544 pp., 8 ils.

ISBN 978 85 92886 36 3

1. Antropologia social 2. Teoria antropológica 3. Etno-
grafia 4. Papua-Nova Guiné I. Título.

301.39(41)

CDD 301.39

Índices para catálogo sistemático:

1. Antropologia social; etnografia 301.39

UBU EDITORA

Largo do Arouche 161 sobreloja 2

01219 011 São Paulo SP

(11) 3331 2275

ubueditora.com.br

MARILYN STRATHERN nasceu em North Wales, no Reino Unido, em 1941. Estudou arqueologia e antropologia no Girton College, da Universidade de Cambridge, formando-se em 1963. Fez pesquisa de campo no monte Hagen, na Papua-Nova Guiné, focada nas relações entre homens e mulheres. Antropóloga feminista, desenvolveu reflexões originais sobre gênero com base em sua etnografia, publicando *O gênero da dádiva*, em 1988. Foi *Professor* na Universidade de Manchester, de 1985 a 1993, quando assumiu a cátedra William Wyse Professor of Social Anthropology na Universidade de Cambridge, permanecendo nela até sua aposentadoria em 2008. Em 2001, recebeu o título de *Dame* da Coroa britânica pelos serviços prestados à antropologia social.